

JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 32°
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 8980 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

TRANSPARÊNCIA

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), conselheiro Olavo Rebelo, avisou que o órgão vai divulgar os gastos das Prefeituras com o Carnaval. A medida vai abarcar os 15 municípios que mais realizaram despesas. Segundo Olavo, o objetivo é dar maior transparência aos gastos públicos com a folia no Piauí.

Coluna Opinião. Página 4

JORNAL meionorte

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA



mais

TEMPERATURA: Máxima: 32°
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 8978 - TERESINA (PI), SAB/DOM, 25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00

DESVIO

Promotor considera auditoria do TCE-PI que aponta decreto de emergência injustificado. Para ele, medida pode ensejar em atos de improbidade administrativa

Promotor apura atos de improbidade após decreto de emergência

FRANCY TEIXEIRA

DE POLÍTICA

O promotor de Justiça, José William Pereira Luz, publicou portaria instaurando inquérito civil público para apurar atos de improbidade supostamente praticados em Manoel Emídio. No documento, o representante do Ministério Público considera que a inspeção feita pelo Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) sob o decreto de emergência emitido pelo prefeito Zé Medeiros (PTB) não comprovou qualquer situação de grave comoção ou de desastre natural.

Assim, indicando que por não haver nenhuma calamidade pública em proporções

Promotor aponta contratação de empresas sem licitação após decretação de emergência

suficientes para abalar o regular funcionamento da Administração Pública Municipal, há indícios de que o ato administrativo foi elaborado com claro desvio de finalidade, ou seja, apenas para livrar a Administração dos rigores da Lei de Licitações, bem como para justificar remoções e

demissões arbitrárias de pessoal e admissão de novos agentes públicos sem a obrigatoria realização prévia de concurso público.

Na peça apresentada pelo promotor de Justiça, José William Pereira Luz, é descrita a contratação de empresas sem a realização de procedimento licitatório pelo prefeito, os contratos chegam a até R\$ 100 mil. Através desse apontamento, o representante justifica a abertura do inquérito pela necessidade de "aprofundar as investigações sobre as ilegalidades/irregularidades apontadas, bem como apurar se os atos provocaram danos ao erário".

Mediante a decisão, o promotor determinou inicialmente a expedição de recomendação administrativa ao prefeito Zé Medeiros, para que no prazo de 24 horas anule todos os contratos sem licitação descritos no processo, estabelecendo o prazo de 24 horas; impondo também a notificação do gestor no prazo de dez dias para que apresente resposta fundamentada às supostas irregularidades, encaminhando a cópia do processo para o Procurador Geral de Justiça do MP, para que se verifique os indícios da prática de crime.

DIVULGAÇÃO



JOSÉ LUZ quer apurar atos após decretação de emergência

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

SUBCONCESSÃO

Governo cobra desfecho da licitação esta semana para evitar prejuízos

As audiências na Câmara e na Assembleia devem atrasar contrato com Aegea

Luciano Coelho
Editor de Política

O Governo do Estado espera resolver ainda esta semana a licitação para a subconcessão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em Teresina. O processo está sob análise do Tribunal de Contas do Estado. Mastanto a Assembleia Legislativa, quanto a Câmara Municipal marcaram audiências públicas

para debater o assunto, o que pode tomar ainda mais tempo para a assinatura do contrato com a empresa Aegea Saneamento, vencedora da licitação que deve administrar o sistema por 31 anos e investir R\$ 1,7 bilhão.

A análise do TCE aponta que houve falhas que precisam ser resolvidas para dar prosseguimento ao processo. O governador Wellington Dias (PT) já cobrou agilidade ao Tribunal para emitir o parecer sobre a licitação. Quanto mais tempo demorar para o contrato, mas recursos serão perdidos, que seriam investidos no sistema. O cronograma já está atrasado em quase dois anos.

O deputado Gustavo Neiva (PSB) fez um requeri-

mento na Assembleia para uma audiência pública para discutir a subconcessão da Agespisa na terça (7) com a presença de técnicos, sindicatos, TCE e a superintendência de Parcerias e Concessões. A empresa está na fase final do processo licitatório para uma parceria público-privada com a empresa Aegea.

“A gente solicitou essa audiência pública para que possamos dirimir essas divergências e que todos os deputados possam dar o seu juízo de valor com convicção, que é um assunto muito delicado e que vai impactar durante 30 anos”, justificou o deputado.

O TCE averigua o questionamento sobre o atestado de capacidade da empresa Aegea para gerir o sistema.

Agespisa dá prejuízo de R\$ 5 milhões por mês

Segundo informações do Governo do Estado, a Agespisa não tem capacidade para receber recursos de nenhuma natureza, porque tem pendências judiciais que qualquer dinheiro que for investidos vai ser escoado para esses pagamentos. O déficit da Agespisa é de quase R\$ 5 milhões por mês.

“A Agespisa não tem capital para investir. E não

tem como pegar recursos no mercado financeiro devido às pendências com o Ministério do Trabalho e o INSS. Há um esforço para resolver o problema e a saída foi buscar parcerias”, adiantou o deputado João de Deus, líder do Governo na Assembleia

“O que arrecada não cobre as despesas. 70% delas são com funcionários. Há servidores que

não querem se aposentar para não perderem suas gratificações. Além dos processos trabalhistas”, comentou o deputado.

“Acredito que o problema tem solução, é importante discutir e informar a população. O governo tem se esforçado e se empenhado para dar esta solução que é a parceria público-privada”, finalizou o parlamentar. (LC)

O bloco das fraudes fantasiadas de Licitações

Pensei em escrever essa crônica política com a temática da Corrupção. Só que não. Vou tangenciar o assunto. Afinal, ele não é um bom papo pós-reinado de momo.

O x do problema, o nó górdio é que alguns gestores aproveitaram a folia para tentar fazer um Carnaval nas finanças de algumas das prefeituras do milionário Piauí.

Cada uma dessas licitações são para o bem público. Mas ficamos com dúvidas, e o Tribunal de Contas do Estado também, quanto à realização neste período.

Por que não esperar mais um pouco, uma semana pelo menos?

Já estamos em março. O TCE e nós bateríamos palmas. E nenhum prefeito passaria por constrangimentos.

Um exemplo é a licitação (na segunda-feira momina) de quase 200 mil reais no hospital regional da cidade de Campo Maior. É para comprar material de limpeza.

Vamos sair da região norte para o sul extremo do Piauí. Lá em Baixa Grande do Ribeiro, uma licitação carnavalesca, também na área da saúde, foi de mais de 200 mil reais.

E no município de Morro do Chapéu? Licitaram meio milhão de reais na Quarta-feira de Cinzas. Vão

comprar veículos para a prefeitura. Não poderiam esperar, hein?

Se a leitora atenta fizer uma leitura no Mural das Licitações do Tribunal de Contas do Estado vai descobrir essas e outras pérolas. Todas bem caras. Quem pagará?

Somos nós, os contribuintes piauienses, quem pagamos essas contas. Vamos cobrar desses gestores a transparência necessária na utilização dessas verbas.

O Olavo Rebelo, presidente do TCE, vem fazendo uma gestão pró-ativa, de resultados. Devemos cobrar também dele que vigie, e muito, tais licitações. Você concorda?

Coluna Magalhães. Caderno Cidades, Página 2



CONCORRÊNCIAS

Prefeituras e Câmara vão licitar quase R\$ 2 milhões nesta Quarta-feira de Cinzas

Apesar de não ser ilegal, o TCE avalia que marcar uma licitação para um dia após o carnaval restringe participações

João Magalhães
Repórter

Nesta Quarta-feira (1ª) de Cinzas é ponto facultativo em grande maioria de prefeituras e demais órgãos públicos. No entanto, duas prefeituras e uma câmara municipal realizam processos licitatórios que juntos, somam mais de R\$ 1,9 milhão.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Olavo Rebelo, já informou que o órgão vai fiscalizar de perto as licitações marcadas para hoje.

Apesar de não ser ilegal, a avaliação do TCE é que marcar uma licitação para um dia após o carnaval, pode restringir a concorrência e a participação de empresas. Cada caso será avaliado.

Entre as licitações com data marcada para hoje, a que possui maior valor é a licitação da Prefeitura de Uruçuí, com o objetivo de contratar empresa para serviços de locação de veículos para o poder público municipal. O valor da contratação pode chegar a R\$ 1.228.800,00. A certame está marcado para às 14h na própria sede da Prefeitura.

Já a Prefeitura de Morro do Chapéu do Piauí, realiza licitação para compra de combustíveis para abastecer a frota de veículos do município. O Município planeja gastar até R\$ 559 mil na aquisição dos combustíveis. A licitação está marcada para às 9h. O mesmo horário do processo licitatório da Câmara Municipal de Oei-



O presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo, já informou que o órgão vai fiscalizar essas licitações de perto

Mourá Alves/O DIA

ras, no valor de R\$ 56.800,00 para aquisição de material de expediente.

De acordo com o mural de licitações do TCE, a Secretaria

de Estado dos Transportes também planejava realizar licitação nesta quarta-feira (28), mas ao O DIA, o secretário Guilhermano Pires in-

formou que ela foi adiada para o próximo dia 15 de março. A licitação de R\$ 473 mil é para contratação de empresa especializada para execução

dos serviços de recuperação de estrada vicinal, que liga as cidades de Hugo Napoleão e Jardim do Mulato, na região do médio Parnaíba.

Tribunal de Contas do Estado vai divulgar gastos de prefeituras com festas de carnaval

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Olavo Rebelo, informou que o órgão vai divulgar os gastos realizados pelas prefeituras que obtiveram as 15 maiores despesas com festas de carnaval no Piauí. A divulgação faz parte da estratégia do Tribunal de Contas de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos com festas e vai focar principalmente nos municípios que no início deste ano, decretaram situação de emergência, alegando situação de caos administrativos.

Desde o início do ano que a corte de contas vem orientando gestores municipais quan-

to a necessidade de priorizar a qualidade da prestação dos serviços básicos nas áreas de saúde, educação e o cumprimento da folha de pagamento. No início de fevereiro, o TCE aprovou a medida proibindo municípios que decretaram estado de emergência administrativa aplicarem gastos no carnaval.

O entendimento foi apresentado pelo procurador do Ministério Público de Contas, Plínio Valente. Ele alegou que é de conhecimento de todos que os municípios brasileiros passam por dificuldades financeiras, o que exige medidas austeras vi-

sando preservar o interesse público.

De janeiro até agora, mais de 70 cidades piauienses decretaram situação de emergência, no entanto, auditoria do Tribunal de Contas identificou até o momento que em pelo menos 15, o decreto não cumpriu a legislação e portanto não possui validade. Além disso, a corte de contas fechou o cerco contra municípios que possuem dívidas com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e partir de abril vai bloquear contas das prefeituras em débito com RPPS.

(João Magalhães)

TCE de olho no carnaval de licitações

26/02/17, 06:43



O presidente do Tribunal de Contas, Olavo Rebelo: de olho na folia das licitações

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Olavo Rebelo, informou que todas as licitações de prefeituras e outros órgãos públicos previstas para quarta-feira de cinzas merecerão uma fiscalização específica do TCE.

O alerta do presidente do Tribunal de Contas é dirigido principalmente aos prefeitos e outros gestores que aproveitam o feriadão de carnaval para fazer licitações. O TCE vê nisso um sinal de esperteza dos gestores para tentar burlar a Lei das Licitações.

Olavo Rebelo disse que, por lei, todas as licitações devem ser publicadas no Portal da Transparência de cada município e também no site do Tribunal de Contas. Então, a fiscalização dos atos dos gestores que marcaram licitações para a quarta-feira de cinzas já começa por aí.

Em caso de tentativa de fraude nas licitações agendadas para a quarta-feira de cinzas, o Tribunal vai cancelar os procedimentos e punir os gestores, se ficar comprovada a má-fé. A fiscalização das licitações será realizada pela Divisão de Acompanhamento Concomitante de Licitações e Contratos (DALC).

O conselheiro Olavo Rebelo avisou que o Tribunal de Contas repetirá o mesmo procedimento na Semana Santa, de modo a impedir eventuais fraudes e resguardar a lisura e a legalidade dos processos licitatórios.

As licitações da folia

No Mural de Licitações do TCE, está registrada para amanhã, segunda-feira de carnaval, a abertura de licitações do Hospital Regional de Campo Maior, no valor de R\$ 191.036,00, em dois lotes, para aquisição de material de limpeza Mop e carrinhos de limpeza e lixeira e para aquisição de material de limpeza geral e lavanderia.

Também amanhã será aberta licitação da Prefeitura Municipal de Baixa Grande do Ribeiro para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para a Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Milton Reis, no valor de R\$ 216.305,50.

A mesma Prefeitura abre amanhã outra licitação para aquisição de material de limpeza, cozinha e conservação também para a Secretaria de Saúde e o hospital local, no valor de R\$ 402.279,00. Em outra licitação, a Prefeitura de Baixa Grande do Ribeiro abre propostas para a aquisição de carteiras escolares para escolas municipais, no valor de R\$ 105.500. Ainda amanhã, a Prefeitura abre licitação para contratação de empresa para o transporte escolar de alunos e professores da rede pública, no valor de R\$ 995.974,08.

Quarta-feira de cinzas

Para quarta-feira de cinzas, está registrada no Mural das Licitações do TCE a abertura de licitação para aquisição de material de expediente, higiene, limpeza, copa, cozinha, lanches e refeições destinados a atender às necessidades da Câmara Municipal de Oeiras, no valor de R\$ 58.000,00.

Outra abertura de licitação na quarta-feira de cinzas será na Prefeitura de Morro do Chapéu, no valor de R\$ 559.713,00, para a aquisição de combustível para uso na frota de veículos da prefeitura. Ainda na quarta-feira, haverá a abertura de licitação da Secretaria Estadual de Transportes (Setrans), no valor de R\$ 473.057,02, para a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recuperação da estrada vicinal ligando os municípios de Hugo Napoleão e Jardim do Mulato.

Finalmente, haverá na quarta-feira de cinzas a abertura de licitação, no valor de R\$ 1,00, para registro de preço para futura contratação de empresa de serviços de locação de veículos para uso do município de Uruçuí.

Coluna Zózimo Tavares. Link: <http://cidadeverde.com/colunadozozimo/82489/tce-de-olho-no-carnaval-de-licitacoes>

TCE promete divulgar gastos de prefeituras no carnaval

27/02/17, 09:49



Foto: Wilson Filho/Cidade Verde



O conselheiro Olavo Rebelo, presidente do TCE-PI (Tribunal de Contas do Estado) anunciou divulgação de despesas com festas de carnaval de prefeituras dos 15 municípios piauienses que mais gastaram com eventos neste período do ano. O objetivo, diz o presidente do TCE-PI, é possibilitar maior transparência nos gastos públicos. A corte de contas do Estado avisa que não dará trégua a prefeitura que gastou sem critério fiscal.

Link: <http://cidadeverde.com/temporeal/82511/tce-promete-divulgar-gastos-de-prefeituras-no-carnaval>

Prefeituras e Câmara vão licitar R\$ 2 milhões nesta Quarta-feira de Cinzas

Apesar de não ser ilegal, o TCE avalia que marcar uma licitação para um dia após o carnaval restringe participações

01/03/2017 07:34h



Nesta Quarta-feira (1º) de Cinzas é ponto facultativo em grande maioria de prefeituras e demais órgãos públicos. No entanto, duas prefeituras e uma câmara municipal realizam processos licitatórios que juntos, somam mais de R\$ 1,9 milhão.



O presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo, já informou que o órgão vai fiscalizar essas licitações de perto (Foto: Moura Alves/O Dia)

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, Olavo Rebelo, já informou que o órgão vai fiscalizar de perto as licitações marcadas para hoje. Apesar de não ser ilegal, a avaliação do TCE é que marcar uma licitação para um dia após o carnaval, pode restringir a concorrência e a participação de empresas. Cada caso será avaliado.

Entre as licitações com data marcada para hoje, a que possui maior valor é a licitação da Prefeitura de Uruçuí, com o objetivo de contratar empresa para serviços de locação de veículos para o poder público municipal. O valor da contratação pode chegar a R\$ 1.228.800,00. A certame está marcado para às 14h na própria sede da Prefeitura.

Já a Prefeitura de Morro do Chapéu do Piauí, realiza licitação para compra de combustíveis para abastecer a frota de veículos do município. O Município planeja gastar até R\$ 559 mil na aquisição dos combustíveis. A licitação está marcada para às 9h. O mesmo horário do processo licitatório da Câmara Municipal de Oeiras, no valor de R\$ 56.800,00 para aquisição de material de expediente.

De acordo com o mural de licitações do TCE, a Secretaria de Estado dos Transportes também planejava realizar licitação nesta quarta-feira (28), mas ao O DIA, o secretário Guilhermano Pires informou que ela foi adiada para o próximo dia 15 de março. A licitação de R\$ 473 mil é para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recuperação de estrada vicinal, que liga as cidades de Hugo Napoleão e Jardim do Mulato, na região do médio Parnaíba.

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/politica/prefeituras-e-camara-va-licitar-2-milhoes-nesta-quarta-feira-de-cinzas-294223.html>

Municípios acumulam dívidas de quase R\$ 50 milhões com previdência própria

A principal irregularidade constatada está no fato de os municípios descontarem a contribuição do salário do servidor e não repassá-la ao Ministério da Fazenda.

27/02/2017 08:11h - Atualizado em 27/02/2017 08:37h



O Piauí possui 63 municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). E em dezembro do ano passado, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) identificou que 21 delas estão em situação grave, pois possuem dívidas que, juntas, somam R\$ R\$ 49. 545.575,90.

A principal irregularidade constatada está no fato de os municípios descontarem a contribuição do salário do servidor e não repassá-la ao Ministério da Fazenda, que possui uma secretária para a regularização e acompanhamento do Regime.

De acordo com a auditora do TCE, Girlene Silva, a situação é considerada muito grave porque o valor arrecadado nas contribuições dos servidores precisa ser pago de forma integral e muitas vezes o gestor não faz o repasse ao Ministério, contraindo dívidas altas quando somadas à contribuição patronal. "A Previdência não parcela dívida de atraso oriunda da contribuição do servidor. Assim, os gestores recolhem apenas a contribuição do servidor e acumulam, por décadas, a patronal, porque esta, em algum momento, pode ser parcelada", explicou.

Ainda segundo Girlene Silva, os prefeitos, que são os responsáveis pelo recolhimento das contribuições, não repassam os valores confiando no benefício de parcelamento. Além desta vantagem, o município que tem o RPPS usufrui de uma economia de até 50% nas contribuições patronais e redução de ações judiciais.



"Os prefeitos não repassam os valores confiados no benefícios do parcelamento", diz a auditora Girlene Silva. (Foto: Assis Fernandes/Jornal O Dia)

Entre as 21 cidades piauienses que possuem dívidas acima de R\$ 200 mil, o principal caso é o da Prefeitura de Floriano, com dívidas de quase R\$ 12 milhões em seu Regime Próprio de Previdência Social. O município possui dívidas com o Regime desde 2013 e até o final do ano passado não foi comprovado o recolhimento de R\$ 7.134.825,51 da contribuição patronal e R\$ 4.682.863,60 dos servidores.

Além de Floriano, Campo Maior, Piripiri, José de Freitas e Esperantina se encontram em situação de inadimplência grave com dívidas total de R\$ 8.388.144,92, R\$ 7.168.449,06, R\$ 5.897.748,66 e R\$ 5.239.719,42, respectivamente. A soma do valor geral do não recolhimento nos 21 municípios é de R\$ 49.545.575,90.

No início deste ano o plenário do TCE, por unanimidade, determinou que os municípios com RPPS aplicassem os recursos de precatórios judiciais do FUNDEF para o pagamento dos débitos previdenciários. Recomendou também que os recursos da repatriação sejam utilizados para, primeiro, pagamento dos salários dos servidores e regularização do fundo de previdência dos municípios com RPPS.

Os municípios que não quitarem as dívidas com o Regime estão sujeitos a terem o Certificado de Regularidade Previdência (CRP) inválido junto à Previdência (Ministério da Fazenda), que é exigido, por exemplo, na realização das transferências voluntárias de recursos da União, em concessão de empréstimos, financiamentos e celebração de acordos, além de terem as contas bloqueadas pelo TCE.

"O Regime fica à mercê de maus gestores", diz OAB

Para o presidente da Comissão de Direito Previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil, Chico Couto, há muitos preconceitos em relação ao Regime Próprio de Previdência Social, mas em geral, ele traz mais vantagens que prejuízos aos servidores e prefeituras que adotam o sistema próprio.

Chico Couto explica que para os servidores, o principal benefício é que eles deixam de ser regidos pela Lei 8.123, do Regime Geral da Previdência, e passam a ficar vinculados a legislação específica, tendo direito a paridade e integralidade dos salários na hora de buscar a aposentadoria.

"Pela regra geral, a aposentadoria dele seria uma média das 80 maiores construções vezes o fator previdenciário. Já com a integralidade, ele vai se aposentar com o valor da última remuneração que ele recebeu na ativa, e pela paridade, todas as vezes que o salário dos profissionais da ativa aumentar, o dele também vai acompanhar o aumento", diz o especialista.

Para o município que opta por criar um Regime Próprio de Previdência Social, o maior benefício é a redução na alíquota patronal que a prefeitura passa a pagar. A redução ocorre, segundo Chico Couto, porque enquanto no Regime Geral a alíquota varia de 20% a 26% dos salários de servidores, no RPPS ela desce para cerca de 11%.

"No caso do Piauí, onde mais de 80% das cidades se enquadram no coeficiente 0.6 do Fundo de Participação dos Municípios, essa redução da alíquota representa uma economia de aproximadamente R\$ 50 mil por mês, o que é positivo numa época de crise financeira", avalia o especialista.

Chico Couto rebate ainda críticas de os regimes próprios são inviáveis financeiramente e possuem grandes chances de não conseguirem bancar a aposentadoria. Ele argumenta que a legislação prevê que anualmente, as prefeituras que adotam o sistema precisam fazer e cumprir o cálculo atuarial, pois ele é quem define os valores de repasses necessários para garantir a sobrevivência do fundo de Previdência Própria.

"O cálculo atuarial é matemática. Não tem como errar. O problema é que ele diz por exemplo, num ano, que o gestor precisa repassar 13% de alíquota patronal, mas o prefeito não repassa e quando vai ver, para cobrir o rombo, em vez de 13%, já é preciso passar 17%, por exemplo, e por aí vai. O cálculo atuarial é que garante que ele seja sustentável e diz por quantos anos ele vai se manter sustentável. É só cumprir a matemática. O sistema é bom, mas infelizmente fica à mercê de bons e maus gestores", protesta.

Prefeitos em situação irregular podem responder por improbidade administrativa e imputação indébita previdenciária. O Tribunal de Contas do Estado anunciou que a partir de abril, vai decretar o boqueio das contas dos municípios que não regularizarem a situação de dívidas em seus RPPS.

O presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB, Chico Couto, explica que os prefeitos que não repassam a contribuição patronal da Prefeitura ao regime próprio, incorrem em atos de improbidade administrativa e quando descontam do salário do servidor e não repassam, incorrem em imputação indébita previdenciária e devem ser processados pelos órgãos de fiscalização. "Infelizmente, durante muito tempo, o regime próprio dos municípios foi pouco fiscalizado.

Por isso, existem casos de municípios que deixaram de repassar a contribuição ao ponto de hoje, acumularem dívidas altíssimas”, pontua Chico Couto. Por outro lado, o membro da OAB argumenta que cidades que conseguem administrar bem o regime próprio de previdência, hoje colhem benefícios. “Em Teresina, por exemplo, o regime possui R\$ 500 milhões capitalizados, que a 1% por mês gera R\$ 5 milhões para a Prefeitura”, argumenta.

Para a OAB, por isso a necessidade de aumentar a fiscalização e o controle sobre os municípios que administram seus regimes de previdência, é cada vez maior. A instituição defende ainda que órgãos como o Ministério Público, o Ministério Público Federal e os tribunais de contas estreitem a relação com os municípios, no sentido de acompanhar e orientar a correta aplicação dos recursos. “Se houvesse efetivo controle, com certeza a situação não estaria como estar”, pontua o representante da instituição.

“Não sei para onde foi o dinheiro”, diz Prefeito de Floriano

Joel Rodrigues, prefeito de Floriano, município mais endividado junto ao RPPS, afirmou que vai investigar o destino das contribuições pagas pelos servidores à Previdência e que são descontadas mensalmente dos salários. A dívida acumulada nos últimos três anos é de R\$ 11.817.689,11, valor que não foi repassado ao Ministério da Fazenda.



"Vamos fazer um levantamento e procurar uma saída", garantiu o prefeito Joel Rodrigues. (Fotos: Assis Fernandes/Jornal O Dia)

A prefeitura irá realizar no próximo dia 02 de março uma reunião com a equipe técnica para realizar um estudo do valor total e definir uma forma de quitar a dívida. Mas, de acordo com Joel Rodrigues, o município não tem de onde tirar receita para o pagamento e as contas da prefeitura podem ser bloqueadas a partir do próximo mês pelo TCE. “Vamos fazer um levantamento e procurar uma saída.

Vamos ter que parcelar porque não tem receita. As transferências que recebemos da União são destinadas para a Saúde, Educação e pagamento da folha. Não sobra quase nada”, explicou o gestor. Joel Rodrigues disse ainda que há a possibilidade de entrar com uma ação contra a gestão anterior, período em que a dívida foi contraída. “Não posso afirmar que houve desvio dos recursos, das contribuições dos servidores durante a gestão. Não sei para onde foi o dinheiro. Eu sei que vamos ter que tomar providências”, pontuou.

Segundo o gestor, a prefeitura possui dívidas altas com as pastas da administração e a prioridade, desde que assumiu, é quitar a folha de pagamento dos servidores. “Elencamos algumas prioridades e estamos tentando equacionar primeiro a folha de pagamento. Pagamos uma parte e parcelamos a outra porque não temos como pagar tudo de uma só vez”, ressaltou Joel.

Cidades com maiores débitos:

Floriano: R\$ 11.817.689,11

Campo Maior: R\$ 8.388.144,92

Piripiri: R\$ 7.168.449,06

José de Freitas: R\$ 5.897.748,66

Esperantina: R\$ 5.239.719,42

Jurema: R\$ 1.675.700,67

Pedro II: R\$ 1.279.764,00

Capitão de Campos: R\$ 1.108.203,13

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/politica/municipios-acumulam-dividas-de-quase-50-milhoes-com-previdencia-propria-294117.html>

Tribunal de Contas vai divulgar gastos com carnaval de municípios piauienses

 Curtir  Compartilhar  23  Tweet  G+1  0  Compartilhar  

O presidente do Tribunal de Contas do Estado Olavo Rebelo vai divulgar o valor dos gastos com carnaval nos 15 municípios do estado do Piauí que tiveram mais despesas com eventos carnavalescos.

COMPROMISSO

Segundo o próprio presidente do TCE, o objetivo dessa divulgação é reafirmar a necessidade de uma maior transparências com os gastos públicos.

[TCE fiscalizará licitações realizadas na Quarta de Cinzas](#)



Link: <http://180graus.com/bastidores/tribunal-de-contas-vai-divulgar-gastos-com-carnaval-de-municipios-piauienses>

TCE fiscalizará licitações realizadas na Quarta de Cinzas

Corte de Contas suspeita que concorrências estejam eivadas de vícios nada republicanos



Por Rômulo Rocha - De Brasília

AS ÁGUAS VÃO ROLAR?

Se não mudar e for obstinado no trabalho que vem desenvolvendo, a atual gestão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, comandada pelo conselheiro Olavo Rebelo, tem tudo para se destacar em meio a tantas outras na Corte de Contas.

Pois bem. Frente a inúmeras medidas fiscalizatórias, eis que emerge mais uma. O TCE vai esquadrihar todas as licitações realizadas pelas prefeituras e

outros órgãos próxima quarta-feira (1º), a Quarta-Feira de Cinzas. Haverá uma espécie de "fiscalização específica" nestas concorrências públicas.

Olavo Rebelo – sabiamente, porque no Piauí há uma gatunagem só envolvendo licitações – tem informado que a fiscalização dos certames públicos será o foco de sua gestão à frente do Tribunal.

Portanto, aqueles que estão a comemorar no Carnaval, achando que está tudo certo para embolsar dinheiro público, sob a marchinha "As Águas Vão Rolar", talvez tenham que repensar a necessidade de tamanha urgência, numa semana em que o escrutínio daqueles que podem exercer uma observação mais rígida estará prejudicado, como é o caso do próprio povo.

Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Olavo Rebelo...



A sensatez por parte dos prefeitos e demais gestores em situações assim pode evitar que depois estejam a cantarolar a última estrofe da famosa marchinha, que diz: "se a polícia por isso me prender e na última hora me soltar, eu pego a saca, saca, saca-rolha e bebo até me afogar, deixa as águas rolar".

É... pode até beber. Mas a ressaca aqui é diferente.

Link: <http://180graus.com/politica/tce-fiscalizara-licitacoes-realizadas-na-quarta-de-cinzas>

Prefeitura abre licitações de R\$ 1,7 mi na Quarta de Cinzas

Todos os quatro certames iriam ser realizados no período de Carnaval, mas foram adiados



Compartilhar

8

Tweet

G+1

1

Compartilhar



COMSERV PLUS
CONTROLE AMBIENTAL DE PRAGAS
(86) 3221-7957 9 9972-8945

“
Somos especialistas em Barreira Química para controle de Cupins

Por Rômulo Rocha – De Brasília

- TCE fiscalizará licitações realizadas nesse período

- Ao todo são quatro licitações a serem realizadas por esse município

- Licitações estavam previstas para ocorrer no Carnaval, mas foram remarçadas última sexta-feira em virtude de um decreto determinando ponto facultativo

DO CARNAVAL PARA A QUARTA DE CINZAS...

Um dos municípios que vai realizar licitação na Quarta-Feira de Cinzas, durante a ressaca de Carnaval, é o de Baixa Grande do Ribeiro, que tem à frente da prefeitura Ozires de Castro (PSB). Uma só não, quatro concorrências públicas. Todas elas somam a cifra de R\$ 1.720.508,58.

A princípio as licitações estavam marcadas para esta segunda-feira (27) de Carnaval, mas como o prefeito da cidade havia decretado ponto facultativo, o pregoeiro Josenilton Cabral dos Santos Martins adiou, na última sexta-feira (24), o certame em dois dias. O edital da licitação foi incluído no Licitações Web há 12 dias somente.

Uma das licitações que o município vai realizar é da ordem exata de R\$ 995.974,08, para contratação de transporte escolar destinado a alunos e professores do sistema público de ensino. Ao todo são 25 rotas nos turnos manhã e tarde.

Prefeito de Baixa Grande do Ribeiro, Ozires de Castro, em primeiro plano...



O adiamento da licitação para depois do carnaval, no entanto, não afasta possíveis questionamentos.

O manejo de datas se deu em um espaço de tempo muito curto e em meio a um período de longo feriado - um dos maiores feriados nacionais, frise-se.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) já anunciou que as licitações realizadas na Quarta-Feira de Cinzas terão uma espécie de fiscalização especial.

OUTRAS LICITAÇÕES NO MUNICÍPIO

Na mesma data, o município de Baixa Grande do Ribeiro realizará outras três licitações. Todas previstas para esta segunda-feira de Carnaval (27), elas também foram adiadas.

Duas delas voltadas para a Secretaria de Saúde e o Hospital de Pequeno Porte Milton Reis.

Num dos certames estão a adquirir alimentos perecíveis e não perecíveis no valor de R\$ 216.305,50. No outro material de limpeza, cozinha e conservação.

Há também o que será realizado para aquisição de carteiras escolares para as escolas municipais, no valor de R\$ 105.500,00.

Link: <http://180graus.com/politica/prefeitura-abre-licitacoes-de-r-17-mi-na-quarta-de-cinzas>

Governo cobra desfecho da licitação para subconcessão da Agespisa

As audiências na Câmara e na Assembleia devem atrasar contrato com Aegea.

Autor: Luciano Coelho

O Governo do Estado espera resolver ainda esta semana a licitação para a subconcessão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em Teresina. O processo está sob análise do Tribunal de Contas do Estado. Mas tanto a Assembleia Legislativa, quanto a Câmara Municipal marcaram audiências públicas para debater o assunto, o que pode tomar ainda mais tempo para a assinatura do contrato com a empresa Aegea Saneamento, vencedora da licitação que deve administrar o sistema por 31 anos e investir R\$ 1,7 bilhão.



Foto/Reprodução Internet

A análise do TCE aponta que houve falhas que precisam ser resolvidas para dar prosseguimento ao processo. O governador Wellington Dias (PT) já cobrou agilidade ao Tribunal para emitir o parecer sobre a licitação. Quanto mais tempo demorar para o contrato, mais recursos serão perdidos, que seriam investidos no sistema. O cronograma já está atrasado em quase dois anos.

O deputado Gustavo Neiva (PSB) fez um requerimento na Assembleia para uma audiência pública para discutir a subconcessão da Agespisa na terça (7) com a presença de técnicos, sindicatos, TCE e a superintendência de Parcerias e Concessões. A empresa está na fase final do processo licitatório para uma parceria público-privada com a empresa Aegea.

“A gente solicitou essa audiência pública para que possamos dirimir essas divergências e que todos os deputados possam dar o seu juízo de valor com convicção, que é um assunto muito delicado e que vai impactar durante 30 anos”, justificou o deputado.

O TCE averigua o questionamento sobre o atestado de capacidade da empresa Aegea para gerir o sistema.

Agespisa dá prejuízo de R\$ 5 milhões por mês

Segundo informações do Governo do Estado, a Agespisa não tem capacidade para receber recursos de nenhuma natureza, porque tem pendências judiciais que qualquer dinheiro que for investido vai ser escoado para esses pagamentos. O déficit da Agespisa é de quase R\$ 5 milhões por mês.

"A Agespisa não tem capital para investir. E não tem como pegar recursos no mercado financeiro devido às pendências com o Ministério do Trabalho e o INSS. Há um esforço para resolver o problema e a saída foi buscar parcerias", adiantou o deputado João de Deus, líder do Governo na Assembleia.

"O que arrecada não cobre as despesas. 70% delas são com funcionários. Há servidores que não querem se aposentar para não perderem suas gratificações. Além dos processos trabalhistas", comentou o deputado.

"Acredito que o problema tem solução, é importante discutir e informar a população. O governo tem se esforçado e se empenhado para dar esta solução que é a parceria público privada", finalizou o parlamentar.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/governo-cobra-desfecho-da-licitacao-para-subconcessao-da-agespisa-49714.html>

24/02/2017 - 10:10

Prefeito abre licitações de R\$ 5 milhões às vésperas do Carnaval

Os valores e o período para as licitações chamou a atenção do Tribunal de Contas e do MP.

Autor: Luciano Coelho

No município Várzea Branca, o prefeito Idevaldo Ribeiro, pretende realizar seis licitações marcadas para hoje, sexta (24). Todos os contratos somam mais de R\$ 5 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão para compra de combustível e R\$ 1,7 para material de consumo.

As licitações ainda incluem a compra de merenda escolar no valor de R\$ 720 mil, de medicamentos e material hospitalar no valor de R\$ 771.041,50, para transporte escolar no valor de R\$ 225 mil, para peças para veículos no valor de R\$ 250 mil, dentre outros itens de menor valor.

Os valores e o período para as licitações chamou a atenção do Tribunal de Contas e do Ministério Público que estão de olho no certame na cidade de Várzea Branca.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/prefeito-abre-licitacoes-de-r-5-milhoes-as-vesperas-do-carnaval-49654.html>

Tribunal de Contas suspende todas as licitações realizadas na quarta-feira de cinzas

Licitações somavam R\$ 1,9 milhão

Da Redação do Portal AZ | 2 de Março de 2017, 11:24



O Tribunal de Contas do Estado determinou na manhã desta quinta-feira (2), a suspensão de três das mais de 15 licitações realizadas por prefeituras e outros órgãos públicos na quarta-feira de cinzas. A Secretaria Estadual de Transportes faria uma licitação na modalidade tomada de preço, para construção de estradas no valor de mais R\$ 473 mil.



Juntos, os processos licitatórios somavam mais de R\$ 1 milhão. Foram canceladas ainda, o pregão realizado pela prefeitura de Morro do Chapéu, para aquisição de combustível para a frota do município, no valor de R\$ 559.713,00, e ainda a licitação do tipo carta convite, feita pela Câmara de Vereadores de Oeiras, no valor de R\$ 56.800,00 para aquisição de material de expediente, higiene e limpeza e refeições.

De acordo com o presidente do Tribunal de Contas, Olavo Rebelo, a decisão atendeu a um pedido do Ministério Público de Contas.

Maiores Carnavais

O presidente Olavo Rebelo falou novamente sobre as maiores festas de carnavais realizadas no Piauí.

“Muitos municípios que decretaram emergência gastaram até R\$ 1 milhão, vamos divulgar para que a comunidade saiba e veja que o mesmo prefeito que está falando de emergência está gastando com carnaval”, afirmou Olavo.

TCE-PI Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Grupo de Gestão de Informações Estratégicas
Licitações Abertas em 1/3/2017

Unidade Gestora	Número de Abertura	Data de Publicação	Tipo	Modalidade	Regime	Objeto	Valor Previsto
ESFERA ESTADUAL							
Teresina							
SETRANS - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	02/30	09/02/2017	Menor Preço	Tomada de Preço	Empreitada Preço Unitário	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE HUGO NAPOLEÃO A JARDIM DO MILATO NO ESTADO DO PIAUÍ.	473.057,00
							473.057,00
ESFERA MUNICIPAL							
Morro do Chapéu do Piauí							
P. M. DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUÍ	02/00	15/02/2017	Menor Preço	Pregão	Nenhum	Aquisição de combustível, para uso na frota de veículos desta Prefeitura.	559.713,00
							56.800,00
Oeiras							
CÂMARA DE OEIRAS	02/00	15/02/2017	Menor Preço	Convite	Empreitada Global	Aquisição de Material de: Expediente, Higiene, Limpeza, Copo, Cozinha, Lanches e Refeições destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Oeiras - Piauí.	56.800,00
Valor Total Previsto para a Data							1.095.570,00

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/municipios/391098/tribunal-de-contas-suspende-todas-as-licitacoes-realizadas-na-quarta-feir>

TCE vai divulgar o valor gasto nos 15 municípios com maiores despesas com carnaval

Órgão quer garantir maior transparência

Da Redação do Portal AZ | 27 de Fevereiro de 2017, 09:47



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) irá divulgar o valor gasto nos 15 municípios piauienses que tiveram as maiores despesas com eventos carnavalescos.



Presidente do TCE - Olavo Rebelo

De acordo com o presidente do TCE, o objetivo é garantir maior transparência nos gastos públicos. O órgão está de olho principalmente nos gestores que decretaram emergência. Em decisão do início do mês foi determinado que os prefeitos dos municípios em estado de emergência ou calamidade que se abstenham de realizar carnaval, festejos e outros eventos que impliquem em contratação de bandas e realização de despesas com recursos públicos.

A decisão alcança os municípios que estejam enfrentando dificuldade financeira que implique em restrições na prestação de serviços de saúde ou educação, com atraso no pagamento dos servidores públicos municipais e em débito com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Os prefeitos e outros gestores que descumprirem a determinação estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 5888/2009 – entre elas a devolução dos valores gastos e a reprovação de contas. No total, 71 municípios piauienses decretaram situação de emergência ou calamidade financeira e administrativa. Os prefeitos justificam que receberam as administrações dos antecessores em situação de abandono e praticamente inviabilizadas.

Regeneração

O prefeito de Luzilândia, Ronaldo Gomes, decretou emergência financeira no município. Como não poderá gastar no Carnaval, devido a decisão do Tribunal de Contas, o gestor publicou na página oficial da Prefeitura e em rede social que o Carnaval será bancado pelo deputado estadual Evaldo Gomes (PTC).



Gastos com o carnaval em Luzilândia foram pagos pelo deputado Evaldo Gomes e deve ultrapassar os R\$ 200 mil

TCE vai julgar dia 7 denúncia contra ex-prefeito Wallem Mousinho

A denúncia foi apresentada no dia 29 de maio de 2013 pelo ex-prefeito do município, Georgiano Fernandes Lima Filho.

WANESSA GOMMES

01/03/2017 © 17h30 - atualizado © 17h31

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar, na sessão da próxima terça-feira (07), **denúncia de irregularidades na contratação de servidores sem concurso público** contra o ex-prefeito de Guadalupe, Wallem Mousinho. A denúncia foi apresentada no dia 29 de maio de 2013 pelo ex-prefeito do município, Georgiano Fernandes Lima Filho.

Em sua defesa, o ex-prefeito alegou que em 2009 foi prorrogado o concurso público realizado no ano de 2007 e foram convocados todos os aprovados, durante o ano de 2007 a 2012. Foram convocados, após a prorrogação do concurso, 21 servidores em 2009, 12 servidores em 2010 e mais cinco servidores em 2011, culminando na nomeação e posse de todos os classificados do concurso de 2007, que teve validade até 2011.

“Entretanto ainda assim houve necessidade de novas contratações, haja vista que de 2009 a 2013, 32 servidores pediram demissão ou faleceram, 26 servidores se aposentaram e 24 estão de licença não remunerada, o que gerou um desfalque na ordem de 82 servidores efetivos”, diz trecho da defesa.

O ex-prefeito argumentou ainda ampliação do ensino infantil, em razão da grande quantidade de matriculados, implantação do ensino de informática, necessitando da contratação de novos professores, necessidade de novos auxiliares nas salas de aula que tem alunos com necessidades especiais, pois apenas um professor não é suficiente, implantação do programa Mais Educação, implantação do SAMU no município entre outros.

O ex-prefeito afirmou ainda que a intenção não era burlar o concurso público, e sim impor critérios impessoais e objetivos para contratação temporária de servidores para possibilitar, posteriormente, a realização de concurso.

Por fim o ex-prefeito pediu que a denúncia fosse julgada improcedente.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-dia-7-denuncia-contra-ex-prefeito-wallem-mousinho-410075.html>

TCE quer analisar gastos com Carnaval de municípios do Piauí

O objetivo é observar se houve gasto de dinheiro público nas festas carnavalescas em cidades do Estado, especialmente as que decretaram situação de emergência ou calamidade financeira e administrativa.

ANDRÉ DOS SANTOS

01/03/2017 © 15h51 - atualizado © 17h21

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) pretende realizar uma análise das contas de municípios do Piauí. Após o fim do Carnaval, nesta terça-feira (28), o objetivo é observar se houve gasto de dinheiro público nas festas carnavalescas em cidades do Estado, especialmente naquelas que decretaram situação de emergência ou calamidade financeira e administrativa.

Porém, segundo a assessoria de comunicação do órgão, não há ainda uma data prevista para fiscalizações nas cidades. “Foi proibido em sessão [no dia 02 de fevereiro deste ano]. A partir de agora vai ser feito a análise se foram realizados carnavais com gastos do dinheiro público. Mas, com relação à inspeção ainda não está definido datas”, informou.

No dia 02 de fevereiro deste ano, o **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-PI) decidiu na sessão plenária presidida pelo conselheiro Abelardo Pio Vilanova, determinar aos prefeitos dos municípios em estado de emergência ou calamidade que se abstenham de realizar carnaval. As prefeituras também devem não realizar festejos e outros eventos que impliquem em contratação de bandas e realização de despesas com recursos públicos.

Relembre

A decisão alcança os municípios que estejam enfrentando dificuldade financeira que implique em restrições na prestação de serviços de saúde ou educação, com atraso no pagamento dos servidores públicos municipais e em débito com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A proposta foi levada ao plenário pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente.

Os prefeitos e outros gestores que descumprirem a determinação estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 5888/2009 – entre elas a devolução dos valores gastos e a reprovação de contas. No total, 71 municípios piauienses decretaram situação de emergência ou calamidade financeira e administrativa. Os prefeitos justificam que receberam as administrações dos antecessores em situação de abandono e praticamente inviabilizadas.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-quer-analisar-gastos-com-carnaval-de-municipios-do-piaui-410068.html>

TCE aprova com ressalvas prestação de contas de Kleber Montezuma

Na gestão de Montezuma, foi encontrada apenas uma única falha relacionada ao Convênio nº 016/2013 celebrado com a Fundação Taquari.

BÁRBARA RODRIGUES

01/03/2017 @ 11h16 - atualizado @ 11h17

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aprovou com ressalvas a prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação (Semec) de Teresina, com recursos do Fundeb, na gestão do secretário Kleber Montezuma e de Paulo de Tarso Vilarinho, referente ao exercício financeiro de 2013.

Os conselheiros analisaram as contas de Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco, que foi secretário municipal de Educação de janeiro a junho de 2013, e de Kléber Montezuma, que assumiu a secretaria em junho de 2013.

Na gestão de Montezuma, foi encontrada apenas uma única falha relacionada ao Convênio nº 016/2013 celebrado com a Fundação Taquari (Funtaq), onde teria ficado apenas uma impropriedade relativa ao pagamento de taxa bancária no valor de R\$ 22. Na gestão de Paulo de Tarso Vilarinho também foi encontrada falha referente ao pagamento de tarifas bancárias.

O conselheiro e relator Jackson Nobre Veras afirmou: “As falhas constatadas nas contas em apreço são apenas em relação a alguns convênios celebrados pela Semec, mas que, a meu ver, não constituem obstáculos à aprovação das contas”.

Com base nisso, os conselheiros aprovaram com ressalvas a prestação de contas e decidiram pela não aplicação de multa. Participaram do julgamento os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Jackson Nobre Veras Alisson Felipe de Araújo, e o representante do Ministério Público de Contas, o procurador Leandro Maciel do Nascimento. A decisão é do dia 25 de janeiro.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-aprova-com-ressalvas-prestacao-de-contas-de-kleber-montezuma-410042.html>

TCE do Piauí vai julgar denúncia contra ex-prefeita Neuma Café

A denúncia foi apresentada no dia 18 de junho de 2013. Por fim, a ex-prefeita Neuma Café pediu o arquivamento da denúncia.

WANESSA GOMMES

02/03/2017 © 07h52 - atualizado © 07h52

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar, na sessão da próxima terça-feira (07), denúncia de irregularidades na contratação de serviços de assessoria sem prévio processo licitatório na Secretaria Municipal de Educação de Pedro II, na gestão da ex-prefeita Neuma Café. A denúncia foi apresentada no dia 18 de junho de 2013.

A denúncia trata de irregularidades na contratação do Instituto Presente pela secretaria municipal de Educação. O denunciante apresentou cópia em áudio de entrevista divulgada pela ex-secretária de Educação, Maria Luisa, no qual afirma que a contratação se deu em virtude de amizade entre a então prefeita Neuma Café com o proprietário do referido Instituto, Antonio José Medeiros, sem que tenha sido realizado qualquer procedimento licitatório.

Em sua defesa, a ex-prefeita Neuma Café alegou que a contratação do instituo foi embasada no artigo 25, II da Lei de Licitações, tendo sido realizado o devido procedimento de inexigibilidade, já que os profissionais que compõem o quadro da empresa contratada se enquadram no disposto no artigo citado anteriormente.

“Conforme se pode perceber dos currículos dos profissionais que compõem o quadro da empresa contratada, que se encontram no procedimento, percebe-se que todos são profissionais com notória especialização, o que enseja a realização do procedimento de inexigibilidade .

Por fim, a ex-prefeita Neuma Café pediu o arquivamento da denúncia.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-do-piaui-vai-julgar-denuncia-contrax-prefeita-neuma-cafe-410077.html>